



GATEP

Grupo de Apoio à Tramitação
Eletrónica de Processos



Newsletter n.º 12
11 de fevereiro de 2026

2026: o ano da capacitação

O ano de 2026 será o início de uma nova forma de trabalhar, em que os agentes de Inteligência Artificial farão parte do trabalho de qualquer juiz, ainda que ao mesmo esteja sempre reservado o “trabalho humano” de valorar a prova, enquadrar juridicamente o litígio e decidir em conformidade.

Neste novo mundo, torna-se fundamental que o juiz tenha especiais competências, em vários domínios que transcendem o Direito.

Aos juízes será exigida uma elevada literacia em IA, isto é, exigir-se-á que saiba o que o modelo que utiliza e os que estão ao seu dispor fazem bem e mal, quais os seus limites, quais os vieses e riscos na sua utilização (incluindo alucinações e fuga e utilização indevida de dados).

Exigir-se-á que desenvolva o seu pensamento crítico e a sua capacidade de verificação e validação dos resultados obtidos com recurso a modelos de IA: no seu dia-a-dia, o juiz terá de confirmar factos, fontes, cálculos, citações e “cadeias” de raciocínio do modelo de IA utilizado.

Na sua interação com os modelos de IA, o juiz tem de ter noções claras sobre dados (pessoais e não pessoais) e privacidade: terá que compreender como se processa a classificação de dados, a minimização de dados, o que pode ou não pode ir para as *prompts*, e como tratar dados pessoais/sensíveis em *pipelines* com IA.



Falar com estes modelos exigirá especiais competências na construção de *prompts* e na capacidade de dar o contexto adequado ao modelo em face do resultado pretendido. Este é um trabalho pessoal, mas também um trabalho institucional, uma vez que os desafios que se colocam exigem o envolvimento ativo de todas as instituições com responsabilidade na área da Justiça.

Ciente desta urgência, as *newsletters* deste ano irão incidir nestes temas, fornecendo as linhas orientadoras para que os juízes compreendam como funcionam estes modelos de IA e como “falar” com eles. Em todas as *newsletters* haverá um espaço para falar de como fazer *prompts*, quais os modelos de IA mais adequados para cada tipo de utilização e a explicação sumária de termos a que teremos de nos habituar neste novo mundo.

Começamos, nesta edição, pelos termos *prompt* e *token*, alicerces fundamentais na compreensão dos modelos de IA.



2026: o ano do *Judiciary Tech Summit*



No ano em que se comemoram os 50 anos do Conselho Superior da Magistratura com a orgânica e atribuições do formato atual, para além do XX Encontro Anual do CSM iremos realizar a primeira edição do *Judiciary Tech Summit*, onde se pretende conjugar da melhor forma a celebração de cinquenta anos de consolidação democrática com a vanguarda da transformação tecnológica na justiça.

Para além do seu carácter inovador, pretende ser a

afirmação de uma magistratura enquanto ator ativo na construção do judiciário do futuro, reunindo, desde logo, em Lisboa, um conjunto de especialistas nacionais e internacionais para debater as inovações que irão redefinir a curto e médio prazo o nosso sistema de justiça.

Neste evento, a realizar em novembro de 2026, irão debater-se os temas mais relevantes desta revolução tecnológica na área da justiça, com especial enfoque na inteligência artificial, proteção de dados e cibersegurança, ao mesmo tempo que teremos uma mostra das tecnologias mais avançadas no campo da justiça, com espaços de experimentação das tecnológicas portuguesas e estrangeiras, referência nesta área.

Com o *Judiciary Tech Summit*, pretende-se que juízes, advogados e juristas em geral possam contactar com as empresas e as soluções tecnológicas que irão moldar o seu futuro, fomentando um ambiente de *networking* de alto nível e a partilha de conhecimentos emergentes no setor do *Judiciary Tech*.

Ao organizar este evento, o CSM reforça o seu compromisso de contribuir ativamente para a modernização da justiça portuguesa e para a capacitação dos juízes para os desafios futuros, garantindo um formato presencial que privilegia a interação direta e o debate profundo, com conferências, apresentações técnicas, masterclasses e espaços dedicados a startups inovadoras.

Os participantes terão acesso a oradores de renome, incluindo *keynotes* com oradores internacionais, que abordarão tendências como a inteligência artificial aplicada ao direito, a cibersegurança em processos judiciais e a proteção de dados no contexto da justiça digital.

O *Judiciary Tech Summit* será mais do que um evento de tecnologia, será um caminho, que se inicia em 2026, de cooperação entre a Academia, as empresas de tecnologia avançada e o Judiciário. Este é um caminho que se intensificará desde os primeiros meses de 2026 com a participação de elementos do CSM em eventos tecnológicos, o desenvolvimento interno de novas soluções tecnológicas e o estreitar de relações com entidades estrangeiras, referência nestes domínios.

Julgamos que esta será uma das melhores formas do CSM comemorar os seus cinquenta anos, convidando todos os juízes a juntarem-se num espaço inovador com um programa que promete transformar o modo como os juízes percecionam a tecnologia ao serviço da justiça.



2026: o que esperar da IA

Em 2026, o avanço nos modelos de inteligência artificial irá impactar diretamente no trabalho dos juízes. Os modelos de inteligência artificial deixarão de ser meros recetores de pedidos do utilizador, para serem verdadeiros agentes que executam tarefas multi-etapas, de forma autónoma.

Mais do que perguntar ao LLM, nós vamos passar a solicitar que o mesmo execute tarefas de forma autónoma. O utilizador passa a definir o resultado e os agentes de inteligência artificial irão executar as tarefas necessárias para alcançar tal resultado, sem intervenção humana.

Ao utilizador caberá a tarefa de treinar o seu agente, de definir claramente as tarefas a executar ou o resultado pretendido e, posteriormente, validá-lo.

O ano de 2026 constituirá o primeiro ano de uma verdadeira integração da inteligência artificial no trabalho diário do juiz, seja em tarefas de organização da sua vida pessoal, seja na criação de fluxos de trabalho que facilitem o seu trabalho enquanto juiz.



Esta integração irá reconfigurar as funções desempenhadas pelo ser humano, que passará sobretudo a 'orquestrar, rever e validar' as saídas da IA — ou seja, a assegurar o controlo de qualidade e a gestão de risco — e menos a executar tarefas manuais repetitivas. Isto reforça a importância das competências de desenho de *workflow*.

Surgirão em 2026 ferramentas robustas de pesquisa jurídica avançada, com criação de fluxos que juntem pesquisa, *drafting* e verificação de citações/proveniência num só processo auditável,

reduzindo o risco de citações inventadas e aumentando a exigência de controlo. As ferramentas de gestão documental tornar-se-ão inteligentes e autónomas, permitindo ao humano questionar de uma forma mais abrangente documentos complexos, sempre com a necessidade de validação posterior dos resultados.

Este também será o ano em que o AI Act (ou RIA – Regulamento de Inteligência Artificial) entrará numa fase de implementação de regras para sistemas de IA de elevado risco – que irão abranger, na sua maioria, os modelos de IA com aplicação nos sistemas de justiça.

Esta transformação do modo como os modelos de IA irão interagir com os seres humanos, exige que estes construam uma base de conhecimento pessoal que lhes permita de forma segura “treinar” os seus modelos, na execução de tarefas repetitivas.

A cada pessoa que utiliza tais agentes será exigido que na sua interação com modelos de IA, coloque em prática um “protocolo anti-alucinação”: regras de verificação de citações, ligação a bases oficiais/fiáveis e *checklist* de validação antes de utilizar qualquer resultado gerado por inteligência artificial.

Para ser juiz é necessário saber o Direito, mas não é suficiente. O presente exigirá conhecimentos do juiz que entroncam no conhecimento destas novas tecnologias. Por isso mesmo, o maior desafio da judicatura é a capacitação dos seus recursos humanos para compreender e viver neste novo mundo.



2026: uma nova forma de comunicar

O rápido desenvolvimento das tecnologias coloca novos desafios à magistratura portuguesa, no plano da capacitação dos juízes no uso destas novas tecnologias. Por um lado, a maior complexidade dos casos judiciais exige novas respostas que eliminem o esforço dos juízes com trabalhos repetitivos, administrativos e burocráticos que transcendem o núcleo essencial da sua atividade: apreciar a prova e decidir. Por outro lado, o uso de novas tecnologias sem o devido conhecimento das suas funcionalidades, dos seus limites e perigos, expõe os juízes a erros e ao mau uso de tecnologias que podem comprometer a sua atividade diária.

Perante este desafio, a aposta tem de passar pela capacitação dos juízes em termos inovadores. Aproveitando essas mesmas tecnologias, é possível concentrar num só local todas as ferramentas que permitirão ao juiz ter a segurança no uso de novas ferramentas tecnológicas, ao mesmo tempo que poderá aprofundar o seu conhecimento no uso das mesmas.

É este o desafio que o CSM pretende abraçar no primeiro trimestre de 2026, com a criação de um site

exclusivamente dirigido aos juízes, com três valências essenciais.



Em primeiro lugar, uma loja de aplicações feitas internamente pelo CSM para os juízes, visando resolver problemas com que cada juiz se depara diariamente. Nesta loja, os juízes têm a segurança que todas as aplicações respeitam a proteção de dados e estão otimizadas para o uso pelos juízes em situações concretas da sua atividade.

Em segundo lugar, um centro de capacitação dos juízes em matérias como gestão documental, inteligência artificial, cibersegurança, Citius e Magistratus. Neste espaço, os juízes encontrarão conteúdos multimédia, vídeos, tutoriais passo a passo e cursos que cada um poderá fazer ao seu ritmo, tornando possível uma verdadeira capacitação dos juízes centrada na sua atividade diária. Será o centro de capacitação feita por juízes a pensar em juízes.

Em terceiro lugar, um fórum onde só juízes poderão aceder e onde os mesmos podem livremente partilhar experiências, tirar dúvidas e encontrar soluções já testadas por colegas. Nunca, como agora, foi tão importante criar espaços de diálogo entre juízes, que potencie a partilha de conhecimentos e experiências.

Este espaço será sempre um espaço de juízes para juízes, criando os alicerces para que a magistratura judicial portuguesa possa encarar estes tempos de desenvolvimento acelerado de novas tecnologias de uma forma mais otimista e realista.

Para além deste enorme desafio, o CSM implementará ações de capacitação no âmbito da cibersegurança – com o apoio do Centro Nacional de Cibersegurança – e continuará o seu esforço de capacitação dos juízes nas ferramentas de gestão documental e de Inteligência Artificial.

O ano de 2026 é, nesta matéria, o ano mais desafiante para o CSM, mas também é o ano mais decisivo na construção das condições para que a magistratura possa encarar os novos desafios colocados pelo uso de novas tecnologias no judiciário com otimismo.



GLOSSÁRIO

| O que é o AGENTIC AI? |

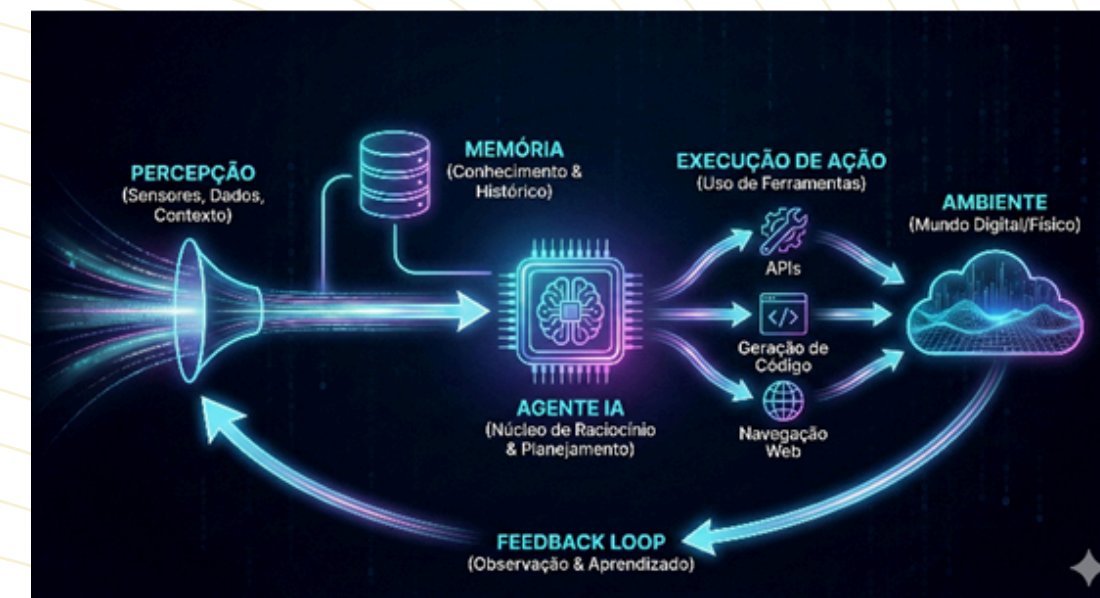
Agentic AI refere-se a sistemas de inteligência artificial que funcionam de forma autônoma, tomando decisões e executando ações sem necessidade de intervenção humana constante.

Um modelo de IA tradicional simplesmente responde a perguntas do usuário. Um agente de IA é capaz de estabelecer objetivos, planejar estratégias, executar tarefas complexas e adaptar-se a novos cenários. Esses sistemas combinam capacidades de raciocínio, aprendizagem e ação, operando de maneira como o ser humano executa tarefas.

Os agentes de IA operam independentemente, tomando decisões sem necessidade de aprovação humana a cada passo. Eles estabelecem seus próprios objetivos dentro de parâmetros definidos e trabalham para alcançá-los. Para tanto, eles possuem capacidade de análise profunda, permitindo compreender problemas complexos, identificar padrões e desenvolver soluções criativas e eficazes, adaptando-se constantemente com base em experiências anteriores, melhorando seu desempenho

ao longo do tempo e ajustando as suas estratégias conforme necessário.

Em termos internos, os atuais agentes de IA integram vários modelos de IA, de menor dimensão, que são especializados em concretas tarefas necessárias, sendo o agente de IA um somatório integrado dos mesmos.



Em 2026 os agentes terão a capacidade de executar milhares de tarefas simultaneamente, aprendendo com cada

interação e melhorando continuamente o seu desempenho, permitindo lidar com incertezas, erros e mudanças de ambiente, ajustando suas estratégias para alcançar o resultado pretendido.

O Agentic AI representa a nova forma de trabalhar com a inteligência artificial, otimizando a forma como o ser humano executa as suas tarefas diárias.

GLOSSÁRIO

| O que é uma PROMPT? |

Uma prompt é uma instrução ou pergunta que o utilizador fornece a um modelo de inteligência artificial para obter uma resposta, conteúdo ou ação específica. É basicamente a forma como o utilizador fala com o modelo de IA, o comando que se envia para a IA, funcionando como um intermediário a intenção do utilizador e o resultado que deseja obter. Por isso mesmo, quanto melhor for a prompt, melhor será a qualidade da resposta gerada pelo modelo.



Saber falar com a IA é fundamental. Uma prompt bem elaborada pode economizar tempo, melhorar a produtividade e garantir o resultado pretendido. Por outro lado, uma prompt vaga ou mal estruturada pode resultar em respostas genéricas, imprecisas ou completamente fora do contexto desejado.

Uma boa prompt deve ser clara e específica sobre o que se pretende, devendo evitar-se as perguntas genéricas que fazemos no browser.

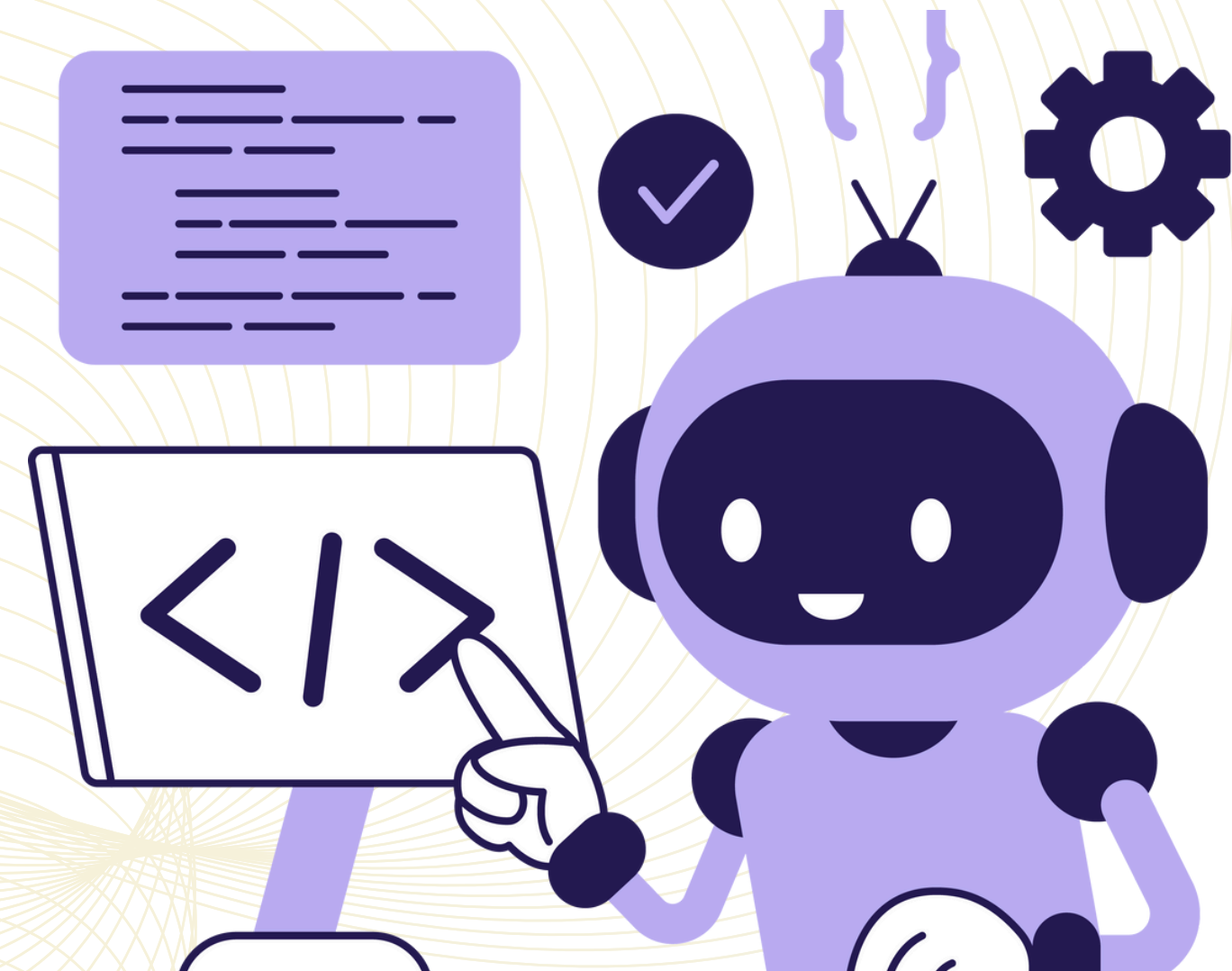
O modelo de IA não conhece o utilizador, nem o seu contexto, por isso é necessário fornecer sempre o contexto suficiente para que o modelo entenda o pedido e qual o resultado esperado. Por isso mesmo, é necessário, incluir informações sobre o público-alvo, objetivo final, tom desejado e qualquer detalhe relevante que ajude a IA a compreender melhor a necessidade do utilizador.

A prompt deve ser construída de forma lógica e coerente, devendo usar-se parágrafos, listas ou numeração quando apropriado. Uma estrutura bem organizada facilita o entendimento e melhora a qualidade da resposta.

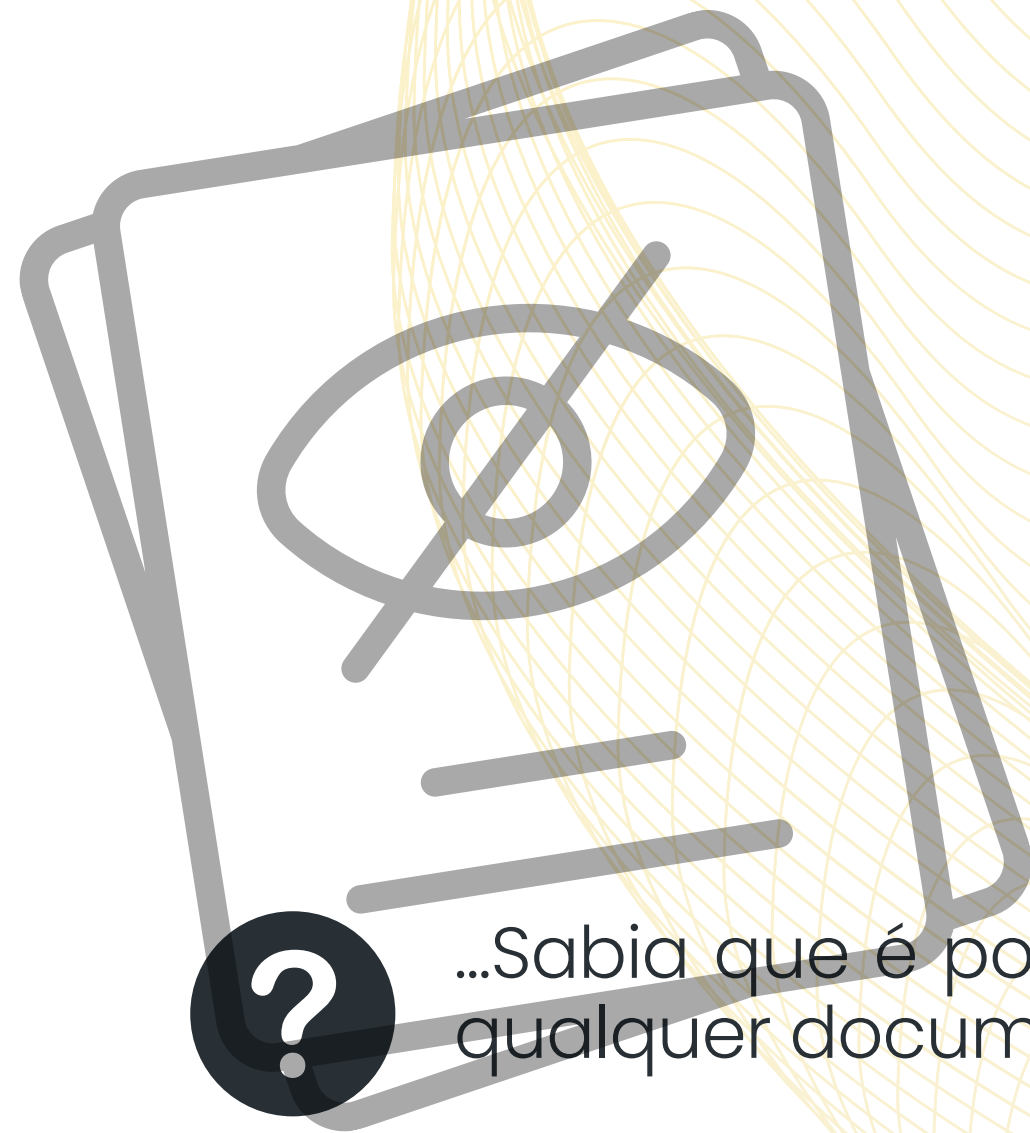
O utilizador deve sempre especificar o tom desejado (formal, casual, técnico, criativo) e o estilo de resposta. Isso garante que o resultado esteja alinhado com as suas expectativas e possa ser utilizado imediatamente.

Numa boa prompt indicar os limites é tão como indicar o que se pretende. Por isso, a prompt deve incluir quais os seus limites, de forma clara e precisa claros (exemplo, comprimento da resposta, formato desejado ou restrições específicas). Colocar exemplos do tipo de resposta esperadas ou referências que possam guiar o modelo irá ajudar a IA a entender melhor o pretendido pelo utilizador.

Neste novo Mundo, saber criar boas prompts é saber falar com os modelos de IA, pelo que é uma competência que todos teremos de desenvolver. Nas próximas Newsletters iremos aprofundar como construir boas prompts com exemplos práticos para Juízes e juristas em geral.



#SABIA QUE...



...Sabia que é possível anonimizar qualquer documento?



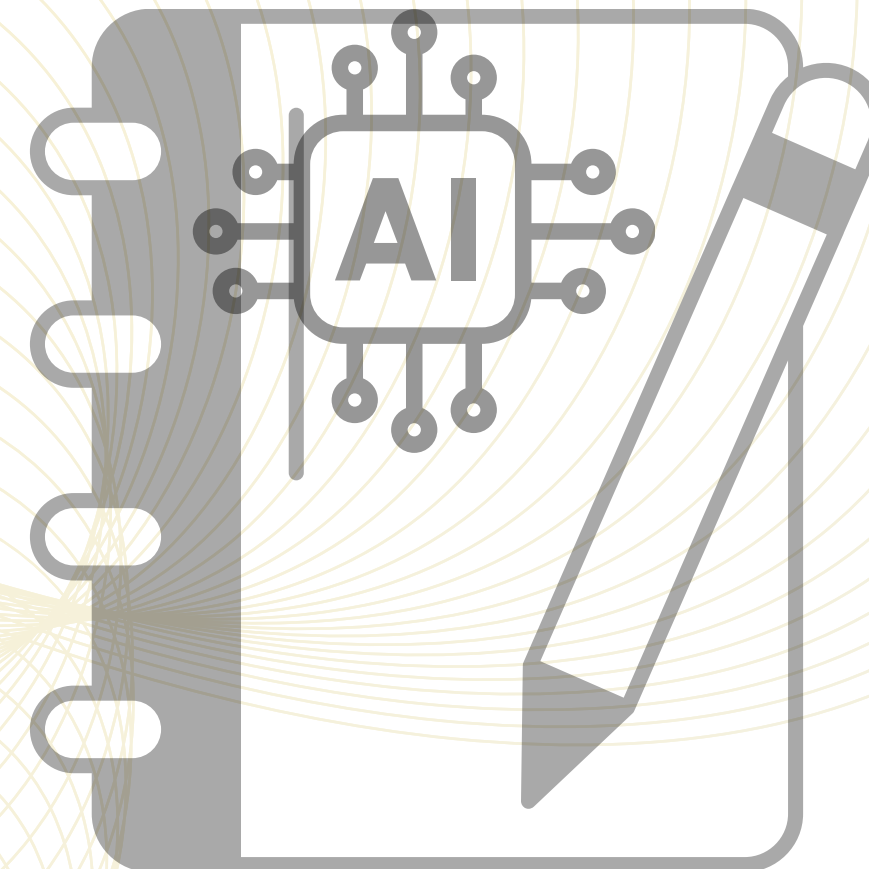
Saiba como fazer, através do vídeo.



...Sabia que é possível utilizar o NotebookLM de forma segura?



Veja como, no vídeo.



#MEMBROS DO GATEP



▶▶ Juiz Desembargador
João António Filipe Ferreira

▶▶ Juiz Desembargador
Joel Timóteo Ramos Pereira

▶▶ Juiz Desembargador
António Joaquim da Costa Gomes

▶▶ Juiz de Direito
Nelson Escórcio

▶▶ Juiz de Direito
Vítor Nunes

▶▶ Juíza de Direito
Filipa Redondo

CONTACTOS



altec@csm.org.pt



csm.org.pt



213 220 020 | VoIP: 711674